

24 de Fevereiro 2020
Segunda-feira
Semanário - Ano 5
Nº 197
Director-Geral
Evaristo Mulaza



GREVE À VISTA

Fornecimento de gás em risco

A primeira quinzena de Março é a data limite dada à Sonangol para efectivar os trabalhadores eventuais das empresas Sonagás, Sonangol Shipping e Sonangol Logística. Trabalhadores e sindicato ameaçam com “greve total”, com consequências imprevisíveis no fornecimento de gás e de combustíveis. Pág. 10

MINISTÉRIO DA HABITAÇÃO ABRE INQUÉRITO

Sorteio do Zango 5 sob investigação

EXCLUSIVO. O Ministério do Ordenamento do Território e Habitação abriu um inquérito para apurar a veracidade das denúncias públicas sobre alegadas irregularidades no processo de distribuição das moradias da centralidade do Zango 5, cujo sorteio decorreu em directo na televisão pública, na semana passada. A Imogestin demarcou-se, desde logo, de qualquer responsabilidade e fonte do Ministério fala em “mão pesada” sobre os eventuais infractores. Pág. 9



EM CAUSA PRIVATIZAÇÃO DA ESTUFA-FRIA

Empresário acusa governo do Huambo de má-fé

Pág. 8

CELESTE DE BRITO, EMPRESÁRIA

“Angola não tem dívida com a China conforme dizem”

ENTREVISTA. Na primeira grande entrevista a um órgão de imprensa, desde que saiu da prisão, Celeste de Brito reabre o livro sobre os contornos do caso que ficou conhecido como ‘Burla à Tailandesa’. A empresária defende que determinados processos estão na justiça por “ignorância” e explica por que razão Angola não deve à China os valores de que se fala. Págs. 4 a 7

Mário Mujetes © VE

BAJULAÇÃO E DÍVIDA

1 Quando as ruas do país são tomadas de assalto para a “exaltação” do nome e da agenda de João Lourenço, abrem-se dúvidas legítimas acerca do verdadeiro compromisso com a eliminação das práticas que levaram ao endeusamento de José Eduardo dos Santos no passado. É preciso deixar-se claro, desde logo, que os receios não se colocam na esfera da legitimidade dessas acções. Os dirigentes, militantes, amigos e simpatizantes do partido no poder, sendo formalmente iguais a todos perante a Constituição, gozam dos direitos de reunião e manifestação, nos marcos balizados pela Lei.

As inquietações fixam-se, pelo contrário, no plano político, face ao contexto histórico que precede as novas campanhas de glorificação do líder. Para todos os efeitos, o actual comando do MPLA colocou o combate à bajulação e ao endeusamento no pacote das prioridades dessa legislatura. E, ao fazê-lo, virou as baterias precisamente para dentro, porque nenhuma outra instituição em Angola é responsabilizável pela institucionalização da bajulação, senão o próprio partido dos ‘camaradas’. E quais eram as práticas que se destacavam na elevação da adulação ao ex-líder? Ora, justamente as manifestações, as passeatas e a obrigatoriedade bíblica da referência à



clarividência do chefe em qualquer discurso. Fosse escrito, fosse de improvisado.

É simples: recuperar as manifestações de exaltação do líder, por muito dissimulado que seja o conteúdo da campanha, no contexto do que se diz combater em Angola, é qualquer coisa no mínimo contraditória.

2 O Ministério das Finanças recordou que o país vai reduzir drasticamente os recursos que canaliza anualmente do Orçamento Geral do Estado para o serviço da dívida, a partir de 2021.

Nas contas apresentadas ao ‘Jornal de Angola’ pelo director

da Unidade de Gestão da Dívida Pública, Walter da Cruz Pacheco, os custos com o reembolso aos credores caem dos 20 mil milhões de dólares (montantes que são pagos desde 2017), para nove mil milhões de dólares no próximo ano.

As previsões merecem destaque, sobretudo, pelo significado que representam para o investimento público que vem sendo severamente penalizado desde 2014. No fundo, concretizadas as previsões, ainda que pela metade, o Governo começa a ter argumentos mais sólidos para insistir que 2021 poderá marcar a retoma do crescimento, mesmo que frágil, depois de meia década de recessão continuada.



FICHA TÉCNICA

Director-Geral: Evaristo Mulaza
Directora-Geral Adjunta: Geralda Embaló

Editor Executivo: César Silveira
Redacção: Antunes Zongo, Isabel Dinis, Júlio Gomes, Raimundo Ngunza e Suely de Melo
Fotografia: Mário Mujetes (Editor) e Santos Samuessa
Secretária de redacção: Rosa Ngola
Paginação: Edvandro Malungo, Francisco de Oliveira e João Vumbi

Revisores: Edno Pimentel, Evaristo Mulaza e Geralda Embaló
Colaboradores: Cândido Mendes e Mário Paiva
Propriedade e Distribuição: GEM Angola Global Media, Lda
Tiragem: 00 N° de Registo do MCS: 765/B/15

GEM ANGOLA GLOBAL MEDIA, LDA Administração: Geralda Embaló e Evaristo Mulaza
Assistente da Administração: Geovana Fernandes
Departamento Administrativo: Jessy Ferrão e

Nelson Manuel
Departamento Comercial: Geovana Fernandes
Tel.: +244941784790-(1)-(2)
N° de Contribuinte: 5401180721
N° de registo estatístico: 92/82 de 18/10/82
Endereço: Rua Fernão Mendes Pinto, n° 35, Alvalade, Luanda/Angola, Telefones: +244 222 320510; 222 320511 Fax: 222 320514
E-mail: administracao@gem.co.ao; comercial@gem.co.ao

A semana

3 PERGUNTAS A...



Deodato Francisco,

CEO do Centro de Ajuda Académica

As propinas no ensino privado subiram. O que pensa?

Foi uma medida necessária, que joga em três sentidos: primeiro, porque desanuviava a pressão que vivem as instituições de ensino superior, fruto do contexto económico e financeiro nacional; segundo, porque demonstra o diálogo necessário entre as instituições públicas e os privados, e terceiro, porque vem normalizar o aumento desregrado e injustificado dos preços.

O Estado não devia subvencionar o ensino particular, sobretudo, o superior?

Não. O Estado não deve subvencionar o ensino superior, as universidades têm de sair da lógica de depender exclusivamente do ensino. Devem explorar outras funções, como a pesquisa, por exemplo. O que o Estado deveria talvez fazer é criar as condições necessárias para que as instituições de ensino superior possam operar.

O Governo tenciona efectivar uma nova reforma educativa. O que acha?

Já vamos atrasados. A qualidade do ensino está prejudicada. A questão da transição automática, a monodocência até à sexta classe, a descoordenação administrativa e pedagógica colocaram em causa o que se pretendia com a reforma na educação.

18
TERÇA - FEIRA
Os embaixadores dos Estados-membros da União Europeia iniciam uma visita de constatação do grau de implementação dos projectos financiados pela comunidade no Moxico, como é o caso da Cidadela Jovens de Sucesso.

19
QUARTA - FEIRA
O director-geral adjunto do Inadec, Wassamba Neto, anuncia, durante o seminário sobre Regulamentação do Comércio Electrónico, o anteprojecto do Código de Defesa do Consumidor que deverá ser submetido à consulta pública nos próximos 60 dias pelo Inadec.

20
QUINTA - FEIRA
A Agência Nacional de Petróleo, Gás e Biocombustíveis (ANPG) e o grupo empregador do Bloco 14 assinam um memorando de entendimento que poderá resultar no incremento na produção de 50 milhões de barris de 'ouro negro'.



21
SEXTA - FEIRA
A Zona Económica Especial (ZEE) Luanda/Bengo prevê investir pelo menos 25 milhões de euros (13,315 mil milhões de kwanzas), em 2021, num novo parque de feiras, avança o administrador comercial do Grupo Arena, Manuel Novais.



15
SÁBADO
O ministro da Agricultura e Florestas, António Assis, participa no acto constitutivo da Cooperativa dos Condomínios da Aldeia Catofe, no Kwanza-Sul. O acto prevê o relançamento do Projecto de Agro-pecuária da Escola Técnica Agrária de Catofe.



16
DOMINGO
Baronesa Lindsay Northover chega a Luanda para uma visita de três dias, onde prevê manter 12 encontros com líderes institucionais e empresariais angolanos. Lindsay Northover é enviada do primeiro-ministro britânico para o comércio com Angola.



COTAÇÃO



BOLSA DA ITÁLIA, A MAIS VERMELHA DA EUROPA

O número de infecções por coronavírus fora da China aumentou no fim-de-semana em lugares como Irão, Itália, Coreia do Sul e Japão. A situação provocou uma onda vermelha nas principais mundiais. Na Europa, as bolsas registaram um recuo médio de 3% com a maior queda entre as principais praças do 'velho continente' a registar-se na Itália (FTSE MIB) de 5,43%, seguindo-se a da Espanha (IBEX 35) com 4%.



...VERMELHO TAMBÉM NOS EUA COM DÓLAR A VALORIZAR-SE

As bolsas norte-americanas também tiveram reação negativa. O Dow Jones caiu 3,56% e anulou os ganhos obtidos neste ano; S&P 500 recuou 3,35% e o Nasdaq apresentou perdas de 3,71%. Por sua vez, o dólar valorizou tanto em relação às divisas fortes como às dos países emergentes.



SEGUNDA-FEIRA O secretário de Estado norte-americano, Mike Pompeo, avança, durante o encontro promovido pela Câmara de Comércio Estados Unidos-Angola (Usacc), a intenção de empresas norte-americanas investirem mais de dois mil milhões de dólares em Angola em projectos de petróleo e gás natural.

Entrevista

CELESTE DE BRITO, EMPRESÁRIA

“Angola não tem dívidas com a China conforme dizem”

Na primeira grande entrevista a um órgão angolano, depois de deixar a prisão em Novembro do ano passado, a empresária Celeste de Brito reabre o livro do caso que ficou conhecido como ‘Burla à ‘Tailandesa’ e explica por que razão se considera vítima da ignorância e da “ingenuidade”. Declarando-se como uma “empresária global”, faz comparações do processo a outros casos na justiça e enumera os riscos de uma gestão do país, na falta de alta liderança. O que existe “é uma auto-liderança e falta muita maturidade”, enuncia.

Por César Silveira

Esteve presa por cerca de dois anos. Está de volta?

Mal saí, comecei a trabalhar internamente, a

refazer tudo o que foi interrompido. Na altura em que fui detida, o tailandês, senhor Raveeroj, era apenas mais um cliente dos serviços que eu fazia. Todas as outras operações que estavam montadas com os outros acabaram por ser interrompidas bruscamente, as garantias que estavam emitidas caducaram. Estamos a refazer tudo isso, adaptar e a dar continuidade a cada um dos processos.

A prisão colocou em risco a continuidade de algum destes negócios?

Atrapalhou enquanto eu estive presa. Depois que saí, não, porque o caso que Angola especulou, fez ou prendeu é só na cabeça dos angolanos que é possível. Trabalho com alta finança e negócios elevados. Para eles, interessaria se algum dos envolvidos tivesse algum problema

com o sistema financeiro, porque o facto de dizerem que o cheque é falso, isto é um problema de Angola. Nem sequer aquilo é um cheque de levantamento. É um indeed. Hoje o fundo está aberto. O angolano, qualquer um, não precisa de ser o governo, pode entrar e fazer um crosschecking e vai encontrar tudo lá, tudo o que querem mostrar que não é possível.

Voltaria a tentar um investimento semelhante para Angola?

Não vou desistir de Angola, não sou eu a pessoa errada. Sei o que estou a fazer, há falta de conhecimento nas pessoas que me julgaram e deduziram que estava errada, mas é o que eu disse desde a primeira hora. Sou proactiva, tenho uma quantia que está depositada como caução e, se eu causar danos ou fizer uma engenharia errada, os meus tutores pagam, porque eu sou tutorada. Na altura do julgamento, pedimos extracto bancário da minha conta internacional para mostrar e garantir que, se eu tivesse feito alguma coisa de errado, poderíamos reparar. Se pensaram que fosse uma tentativa de burla, que, na verdade, não era. O que íamos fazer é o mesmo caso que está a



Mário Mujetes © VE

acontecer agora com o “caso 500 milhões”. Chama-se monetização. Este tailandês pegou em 50 milhões de dólares, comprou uma stand by of the credit e foi monetizar no valor de 50 mil milhões. Não consigo entender se têm medo de que se fale de finanças, vai descobrir-se que, com a China, Angola não tem dívidas conforme dizem. Há uma série de coisas que são mentiras.

Fez comparações ao ‘caso 500 milhões’, mas há diferenças...

A diferença é que os 500 milhões estavam a sair de Angola para ir buscar fora e o tailandês já tinha feito todo fora e estava a trazer para Angola, como se fosse um pré-cozido, era uma pré-engenharia para se terminar aqui. Cada um dos 500 milhões iria buscar os 50 mil milhões. Estes 50 mil milhões não são do tailandês, nunca é do empresário que vai fazer um investimento. O empresário vai com os fundos e os bancos de primeira linha montam. O banco é quem fala para o governo ou para as pessoas. Qualquer pessoa pode ir para a Google e procurar por monetização, é alta finança, não tem crime nenhum. Nem para o Zenu aí não tem crime. Se tiver crime, é na forma de autorização ou não autorização. Ninguém que coloca um fundo bloqueado para fazer monetização num banco de primeira linha. Perde o dinheiro, porque o dinheiro não é para o banco nem é usado, fica bloqueado e monetiza-se como instrumento financeiro.

E como explica que casos desses sejam julgados?

Temos aqui o FMI e o Banco Mundial a quem podem recorrer. Eu, por exemplo, identifiquei-me,

disse que trabalhava com o programa financeiro SPFO. Não consigo perceber a paranóia de pensar que toda a gente que quer fazer alta finança, monetização, quer burlar Angola. Tem alguma coisa que Angola está a esconder e que não querem que os angolanos saibam, o que é alta finança para não se descobrir as trambiquices que se fizeram no passado. Têm medo disso ou então é mesmo ingenuidade e falta de sabedoria, porque tiveram mente de escassez, estão com mente de comunistas, ficaram fechados e não têm conhecimento nenhum. No mínimo, já deveriam ter ido ao Google para tentar saber o que é que se está a passar. Estão a afugentar os grandes investidores. Este, para o caso em que Angola se encontra, é a única forma de fazer investimento. Aquele tempo de se fazer investimento em que os estrangeiros vinham com 100 milhões ou um milhão e davam-lhes logo 15 anos sem imposto era uma brincadeira, é o que fez estarmos com um monte de cantinas e padarias e nenhum investidor no verdadeiro sentido da palavra. Toda a gente que veio como investidor acabou-se pendurando no Orçamento Geral do Estado para fazer negó-

“ Paulo Kagame faz monetização. Os outros têm alguma dificuldade porque, para fazer monetização, têm de trabalhar com os Estados Unidos. ”



Mário Mujetes © VE

temos o conhecimento que eles têm e usam a nossa ingenuidade, não digo ignorância, e vendem-nos o nosso dinheiro. A China, por exemplo, com os 15% que recebeu aqui, foi buscar o dinheiro nestes fundos. Deixa-me só fazer umas contas. Com 25 milhões de dólares, a China compra uma SBC de 250 milhões de dólares, com isso monetiza e faz projectos de 5,5 mil milhões. A cada três meses pode voltar a fazer o mesmo processo e vai fazendo isso. O dinheiro que foram buscar com o nosso dinheiro é-nos emprestado com juros, é exactamente o que se passa. Monetizaram em Honk Kong e com a maior parte do dinheiro que são garantias de Taiwan. Há uns anos, eu tive problemas aqui porque trouxe empresários de Taiwan para fazer directo e a embaixada da China foi até ao meu evento, mandou retirar a TPA e a Zimbo. Pediu para cancelar o evento. Porquê? Por nada? Porque a China nos ajuda? O angolano precisa de abrir a mente para saber que não existe mais ajuda do país irmão. Angola não tem necessidade de pedir crédito.

Conhece países que têm estado a fazer recurso à monetização para os seus projectos?

O Ruanda. Paulo Kagame faz monetização. Os outros têm alguma dificuldade porque, para fazer monetização, têm de trabalhar com os Estados Unidos e o compliance dos bancos top 10 ou top20 obriga à transparência e todo o país que não faz com estes bancos tem coisas a esconder, não é transparente, este é o único problema, mas este é um problema do Governo. Eu não tenho de ter a transparência do Governo para fazer isso, posso fazer com as cooperativas e com as acções humanitárias porque sou empresária social e sou também humanitária. É possível fazer, o Governo é que nos atrapalha. O Governo borrou tanto que fechou a sua linha, mas a linha para os privados e para os humanitários estão abertas.

Disse que chegou a pensar que o seu caso fosse político...

Sim, por causa dos políticos que foram afectados e injustamente exonerados. Coloco o meu caso como um caso político, acabei como um dano colateral porque precisavam se livrar desses políticos. Se fizessem alguma investiga-

Continua na página 6

cio aqui, ninguém trouxe dinheiro para Angola. As pessoas que querem trazer dinheiro sabem que tem uma forma padrão, é ciência e não é inventada aqui. No meu caso, cheguei a pensar que fosse má-fé porque era um caso político, envolveram-se pessoas que não tinham de se envolver.

Como assim?

Tenho uma parceria público-privada assinada com o Estado, não tinha intenção de ir buscar uma garantia. Três ou quatro meses antes de conhecer o tailandês, eu já tinha assinado com o actual vice-presidente e a autorização que ele deu eu já tinha assinado com o Fundo de Apoio Social (FAS). Existe este consórcio externo, existe também um memorando de entendimento com a Casa Civil da Presidência. O mesmo memorando tenho com o Zimbábue e com o Congo. Em nenhum dos casos peço garantias porque, neste fundo, eles nem aceitam garantias do Estado, estou na linha humanitária e na linha de fé. Não aceitam garantia do Estado como condição, obrigam a que se leve uma garantia bancária. Não sei de onde veio a ideia de que eu queria uma garantia do Estado. Para

fazer exactamente o que? Mesmo o tailandês que está preso fez uma carta de intenção, receberam a carta e em nenhum momento ele pede garantia. Nem quando estava comigo, nem depois que foi com outras pessoas que queriam ficar com ele, não pediu garantia porque eu conheço como se trata com estes assuntos.

O tailandês assumiu, em julgamento, ser o proprietário dos 50 mil milhões de dólares, no entanto, a senhora acabou de afirmar que este dinheiro não é do empresário. Qual é a explicação?

O tailandês disse que o dinheiro era dele porque, realmente, hoje está na conta dele; foi monetizado este fundo e está na conta dele. Ele pode dizer que é dinheiro dele, mas esta quantia é anúncio, não é dinheiro em cash, ele nunca vai poder usar um tostão se não fizer negócio em África porque foi requerido pelo FAS. O FAS confirmou em carta que fez para mim, é a entidade que confirmou que Angola podia usar daquela quantia. Eu disse, desde a primeira hora, e é o que fez eles me afastarem, que não era possível pensarem que o dinheiro viria para Angola. Não viria, era para finan-

Qualquer pessoa pode ir para a Google e procurar por monetização, é alta finança, não tem crime nenhum. Nem para o Zenu aí não tem crime.

ciar projectos e não para trazer o dinheiro para Angola e as pessoas acharam que eu estava a atrapalhar negócios. Tenho ligações directas com o fundo Marcos Hernandez, que é o fundo que está no banco central das Filipinas, a minha ligação não é pelo senhor Raveeroj, então conheço como é que se trabalha com este fundo.

Como é que os fundos ganham no negócio de monetização?

Existem questões que não vêm a

público, são negócios deles. Mas este fundo, por exemplo, ao fazerem o negócio, investe comigo e ficam com 50% dos lucros feitos naquele negócio e a outra pessoa com os outros 50%. Este 50% que têm como lucro, que ele vai ganhar daqui a 20 e ou 30 anos, vai fazer para outros negócios. Eles ganham assim. Não emprestam dinheiro para tirar juros porque são fundos para ajudar, para dar oportunidades iguais. No tribunal, falei da Agenda 20, da Agenda 30 e Agenda 63. Engraçado é que as pessoas nem sabiam, acharam que eu estivesse a falar de loucura. Começa agora a década de acção, são 10 anos para o desenvolvimento de oportunidades iguais, é o que eu faço, é para isso que fui treinada, durante 12 anos, justamente para este tempo. Por exemplo, veio aqui a Alemanha e parece que é a Alemanha que vai investir nisso, não. Existe este fundo para as nações. Não é preciso que um outro país nos leve a reboque, porque ele vai buscar o dinheiro no fundo e vem investir no aqui, porque não sabemos.

Está a sugerir que estes se aproveitam da ignorância dos outros?

É isso que se passa realmente. Não

Entrevista

Continua da página 5

ção, não precisariam de exonerar o general Nunda, não precisariam de exonerar o Norberto, porque não fizeram absolutamente nada que fosse crime. E se quisessem, desde o primeiro momento em que eu falei sobre isso, saber no mínimo o que é uma SPFO, não me teriam mantido na prisão este tempo todo. Precisavam de um bode expiatório, precisavam de mostrar que a agenda política da impunidade começou e começaram por punir gente inocente. Como entendi que era algo político, cumpri a minha pena do jeito que desejaram, com uma série de injustiças.

Tem estado a acompanhar o ‘caso 500 milhões’. O que lhe diz?

Tenho estado a acompanhar. Tem uma mentira do governador do BNA, tem uma mentira do ex-ministro das Finanças. As outras situações eu não acompanhei de perto mas, se tem algum profissional sério e patriota, vai dizer bem claro o que é que se estava a fazer. Não tenho certeza se houve realmente uma orientação do Presidente da República. Quando ficar provado que houve esta orientação, o processo acaba. Caso contrário, podem recorrer ao tribunal internacional. A alta finança tem tribunais na Bélgica e em França que só tratam destes casos.

O ex-Presidente já confirmou, o Ministério Público levantou dúvidas, mas o Tribunal aceitou as declarações...

São tão previsíveis que eu já sabia que, depois que o [ex-]Presidente respondesse, iam dizer que não têm certeza que é mesmo o Presidente que assinou a carta. Insisto: é um negócio que se faz muito bem e é padrão internacional, não é nada que os angolanos tenham inventado.

Voltenos a si. Insiste que não falsificou a assinatura do vice-PR?

Até dizer que falsifiquei ou não estaria a ser retórica, porque se negaram a fazer os exames. Eu e toda a minha equipa estávamos à disposição. Só o facto de não quererem fazer diz tudo. Hoje, uma carta falsificada é igual a eu engravidar e dizer que o filho é seu. Você faz um teste de ADN. Existem tecnologias para isso e estávamos à espera. Como é que sabem que o vice não assinou? Porque fizeram teste então,



Mário Mujetes © VE

porque é que a mim não fizeram o mesmo teste? Aquela carta não foi feita pelo vice, justamente porque não precisava daquela carta. Não sou uma pessoa que entrou neste negócio como uma comissionária que ia ganhar algum se acontecesse. Eu sei muito mais do que o próprio Raveeroj. Ele é apenas um empresário e humanitário, não faz engenharia financeira, eu faço. Não me permitem montar em Angola porque, cada vez que eu monto uma, sabotam. Mas as que eu montei fora estão a funcionar e dói-me não fazer para África. Temos investidores e sócios que podem pôr os 250 milhões para monetizarmos só que existem regras internacionais que não nos permitem fazer sem autorização da equipa económica para evitar o colapso no país. Para estruturar isso não precisa de ter muito dinheiro

Mas...

Vou dar um exemplo do “caso dos 500 milhões”. Estão a falar que a empresa internacional é uma

empresa de ratização. Pode ser. Qualquer empresa, nem que for uma empresa de culinária, desde que tenha um SIS, é apenas para identificar que empresa é. Posso começar uma empresa hoje e amanhã fazer monetização, eles só precisam de ter a minha identidade limpa no sistema financeiro.

Como é que está o Raveeroj?

Como sabe, ele foi condenado a sete anos e continua preso. Estamos à espera agora que comece o Março para ver o que se pode fazer porque o banco mandou as provas e estão no fundo. Se entrar no facebook, vai ver que o banco mandou as cartas para o antigo presidente do Tribunal Supremo, mas ele nem sequer abriu as cartas. É um pouquinho complicado saber que nós atraímos investidores, mas, chegados aqui, prendemo-los porque não percebemos. O que é que ele fez de errado?

Por que razão não recorreram aos tribunais da alta finança?

Perfil

Nascida em Janeiro de 1973, Celeste Marcelino de Brito António é empresária com operações em diversos sectores. É pastora da igreja Pentecostal e cónsul económica de Taiwa em Angola. Natural da Gabela, Celeste de Brito foi detida em Fevereiro de 2018 por suspeita de suspeita da prática dos crimes de falsificação de documentos, burla por defraudação, associação de malfeitores e branqueamento de capitais. E em Abril de 2019 foi condenada a dois anos de prisão pelo Tribunal Supremo.



No meu caso, não fiz recurso ao Tribunal Supremo porque fui condenada a 24 meses de prisão e eu já estava com um ano e dois meses detida. Estava dois meses acima da liberdade condicional. Pela burocracia dos tribunais, poderia ficar mais um ou dois meses porque pedi recurso. Eu precisava de vir para os meus filhos com urgência então pedi ao advogado para não recorrer porque pensei que fosse sair, mas acabei ficando mais oito meses acima da liberdade condicional. Saí dez meses acima da minha liberdade condicional. O Raveeroj, eles precisavam que se formalizasse alguma queixa e a única pessoa que podia testemunhar era eu, mas eu não quis falar nada até que terminasse a minha pena. Nesta altura, vamos criar essas condições para que se veja de um outro jeito porque achamos que não fazia sentido recorrer para o mesmo tribunal que nos condenou. Ficámos três meses a ser ouvidos, o que havia de ter de novo que, em um ano e três meses, não conseguiram investigar.

E a justiça internacional?

Sim, estamos a tratar disso. Vamos agora tentar recurso. O Raveeroj é humanitário e também está na frequência de fé e nós entendemos que Angola fez isso não por maldade, mas por falta de conhecimento. Então decidimos sair e ensinar o povo a trabalhar com finança e auto-sustentabilidade.

Como estão os seus outros negócios como, por exemplo, o Natrabank?

A Agenda for África tem um plano directório e a Natrabank Africa tinha aberto a Natrabank Angola. É um projecto que a Agenda for África tem para fazer por Africa. A Natrabank, a Buliobank. Os projectos de auto-sustentabilidade são todos da Agenda for Africa. Sou a presidente da Agenda For Africa em África e para os afrodescendentes na diáspora. Ainda estava a formar as pessoas porque o meu conceito científico é diferente da forma como se trabalha e da forma até como se pensa. Estava ainda a treinar quando surgiram estas situações. Naquela altura, por exemplo, escreveu-se que o BNA fechou o banco, não é verdade. Nós mesmos, accionistas, decidimos fechar as portas e fazer o treinamento com as portas fechadas e logo depois fui detida, mas nunca recebemos uma intimação do BNA. Recebemos orientações e tratámos várias vezes com o então governador, para converter-se o Natrabank em também um negócio bancário, porque o Natrabank nunca foi um negócio bancário. O banco é para moeda. Para nós, dinheiro não é só moeda. Eu estava a fazer commodity change.

O Natrabank vai ressurgir?

Pode não surgir como Natrabank, porque tenho sócios e há uma situação com os sócios. Mas temos fornecedores angolanos que forneceram serviços e não foram pagos, vamos assumir isso tudo e vamos abrir o edifício. Pode ser que não seja como Natrabank ou pode ser que seja.

Como olha para o futuro do país, face ao considerado combate à corrupção e a esta suposta incompreensão da finança?

Sou activista contra a corrupção. Já fizemos muitas denúncias que aparentemente são descobertas apenas agora. Mas hoje não existe mais economia local, é uma utopia. A economia é global. Angola precisa de abrir as portas para que se tenha mercados abertos, zonas francas. Cada vez que estiver mais

“O nosso governo tentou
fazer negócios privados então aconteceram
'n' coisas erradas.”

fechada, vai afundar-se mais, hoje temos tudo para sair desta crise. Se começarmos agora, em 10 anos saímos disso. Ninguém nos engane que Angola vai ficar boa em dois ou três anos, é impossível.

Voltemos ao caso. Como se explica que o BNI tenha confirmado que o cheque era falso?

Vou explicar-lhe o que é que o BNI fez. O senhor, se tiver o facebook zero, não tem condições para ter todas as ferramentas. O BNI não usou um banco de correspondência que seria o facebook pago. Mandou uma mensagem para o facebook zero e a mensagem, que é electrónica, voltou e pegou naquela resposta. Não aconteceu nada mais. A informação que deram tem 'n' questões. Outra coisa, onde é que está o cheque? Não estive no tribunal, no processo não está o cheque original. Quem é que queria burlar quem?

Terá dificuldades em trazer outros investidores?

O investimento pode vir, mas o investidor não.

Sobre a monetização, não é estranho que as autoridades angolanas não percebam o que é?

Ou há uma máfia por detrás disso, sabem muito bem de monetização e não querem que se faça, nem que se saiba porque uns angolanos estão a receber deste dinheiro. Eu posso arriscar em levar o governo chinês ao tribunal internacional ou as empresas chinesas porque o governo chinês nunca entra como tal, coloca sempre empresas privadas. Eu posso pegar nessas empresas e fazer ver que eles fizeram um crime com Angola equivalente a pedofilia. Pegaram em pessoas que não entendem de alta finança e fizeram isso. Depois vamos ver para onde é que está a ir o dinheiro que está a ir de volta como pagamento para a China. Não está a ir para o fundo de que saiu porque não é um crédito. Sempre que você adianta uma garantia tem alguma coisa estranha, as garantias rendem muito dinheiro. Uma garantia bancária de 50 milhões pode comprar uma garantia num banco de 500 milhões e com 500 milhões, podes ir buscar em monetização 50 mil milhões. Se o angolano conseguir abrir a cabeça para entender o que se passa, vai perceber o quanto foi roubado, humilhado e quanto brincaram com os angolanos.

É uma acusação grave...

O senhor Sam Pa está onde? O tribunal internacional sentiu que estavam a enganar os coitados dos angolanos, mas ele tinha sócios. Este dinheiro que estamos a pagar à China está ir a Hong Kong e nas contas deles. Não é para o governo chinês. O governo chinês abriu possibilidade, são políticas de governos que se aliam aos privados. O nosso Governo nunca se aliou aos privados para ir fazer negócios. O nosso governo tentou fazer negócios privados então aconteceram 'n' coisas erradas. As pessoas que foram buscar dinheiro lá foram deveriam ter parceria com angolanos e depois fazer a conta especial e juntos explorarem os projectos em Angola. Não é abandonarem os empresários angolanos, eles mesmo fazerem com o Governo para ir buscar o dinheiro e agora dizerem que o Governo deve, não. O Governo, isso sim, deve às empresas angolanas e cria problemas para as empresas angolanas. A mim criaram um problema de mais de 100 milhões de kwanzas de dívidas por causa de projectos que assinaram e não honraram. Não se faz isso. Os contratos na alta finança são contratos de alta-fidelidade e, quando alguém recua, as indemnizações são muito altas, mas o nosso Governo não tem esta responsabilidade.

Discorda da prática do Governo de rescisão de contratos?

As pessoas não fizeram o contrato com a pessoa do Presidente da República. No meu caso, não fiz o contrato com o senhor José Eduardo dos Santos, mas com o Governo de Angola representado pelo senhor José Eduardo dos Santos. Outro contrato não fiz com o senhor Bornito de Sousa ou com o senhor Santinho do FAS, fiz com o Ministério do Território e com o FAS. Não me interessa se é o governo do MPLA ou da Unita. O Governo, para mostrar que tem gente séria, precisa de ver e rever o contrato e não rescindir. Troca

de dirigente, mas precisa de ler os contratos. Em nenhum dos memorandos que fiz peço um dólar do Governo. Antes pelo contrário, fiz parceria públicoprivada e dei 35% para um fundo não reembolsável para o Governo usar em acções de filantropia que seria dos lucros que eu faria. Ao rescindir os contratos, o Governo está mostrar que não é sério, não tem fidelidade nem honra. Os negócios que se fecharam com o Governo são de alta-fidelidade e honra, precisam de alta liderança. Angola está a mostrar que não tem alta liderança ainda, tem auto-liderança. Ainda são muito jovens, falta de maturidade financeira.

Discorda de todas as rescisões, face ao combate à corrupção?

Temos apenas de mostrar que temos maturidade para trabalhar com palavra, com honra e isso o Governo não está a fazer. Deveria ter problemas com os locais que se portaram mal, mas os contratos que foram feitos com as outras pessoas não deveriam ser abolidos, como se nada fosse. Sobretudo, porque o Governo é o mesmo há mais de 40 anos. Então, quem vier fazer agora contrato também corre o risco de um dizer ser visto como se tivesse assinado com determinado ministro. Assim ninguém vem.

Está a sugerir que alguns destes casos na justiça podem ter impacto

Não consigo perceber a paranóia de pensar que toda a gente que quer fazer alta finança, monetização, quer burlar Angola. Tem alguma coisa que Angola está a esconder.



Mário Mijangos © VE



contrário ao que o Governo espera?

O que Angola construiu à volta do 'caso da Burla à Tailandesa' é a forma como eles pensam e fazem. Há 40 anos que estão acostumados a fazerem-se bilhetinhos para as pessoas levarem ao banco e ter dinheiro e estavam a pensar que lá fora também funciona assim. Por isso é que podem dizer que uma carta do vice é para ir buscar dinheiro, isso não cabe na cabeça de ninguém. Sem desprimor, uma carta do vice-Presidente e um papel higiénico, para os bancos com os quais trabalho, se calhar, o papel higiénico, como não aleija, é bem mais útil. A carta não tem utilidade absolutamente nenhuma.

Como se perspectiva enquanto empresária?

Eu sou global, não só uma empresária angolana apenas. Eu investi 10 anos com mais dois que estive na cadeia. Hoje todos os minutos que eu cobrar nos trabalhos que fiz são 10 anos de investimento. Tenho um futuro brilhante em qualquer parte do mundo onde eu for viver. A experiência que carrego, aquilo que já fiz é global. Se ficar em Angola, vou trabalhar em Angola, não tem como voltar para trás. Trabalhar no que eu trabalho precisa de se ter 100 milhões de dólares caucionados, mas, para estar em África, precisa-se de 250 milhões. Então as pessoas preferem trocar de nacionalidade e trabalhar fora de África, mas a alta finança exige trabalhar em território seu. Tive a sorte e os meus tutores fizeram este depósito, tenho esta quantia e estou activa para trabalhar em Africa.

Tem noção que, como consequência do 'caso Burla à Tailandesa', é encarada com alguma suspeita?

Não culpo nem condeno ninguém porque ninguém respeita o que não conhece. Tenho consciência de que as pessoas que acreditaram naquilo que os média transportaram para fora qualquer uma delas que me julga, eu julgaria pior se não tivesse o conhecimento que tenho, se não estivesse eu neste lugar.

E como perspectiva a relação com os outros empresários?

Hoje podem ver-me como uma 'persona no grata', porque é aquilo que lhes passaram. Mas, quando eu começar a trabalhar, vão ver que eu me sacrifiquei para todos eles, porque os empresários todos estão reféns do Governo, como se fosse a última solução.

Economia/Política

PRESIDENTE DA REPÚBLICA APELA AO DIÁLOGO, HO HUAMBO

Gestor da ‘Estufa-Fria’ contesta concurso público

PRIVATIZAÇÃO. Governo provincial decidiu prorrogar por 20 dias, ou seja, até 1 de Março, o concurso público para concessão da ‘Estufa-Fria’ para uma exploração de 10 anos, o que está a gerar confusão. Gestor da TFL considera “um exercício em falso para impedir quem reclama por 180 mil dólares, pela manutenção do espaço”.

Por Júlio Gomes

O concurso público para a reabilitação das infra-estruturas da ‘Estufa-Fria’ no Huambo está a ser alvo de contestação por parte da empresa gestora do espaço, a TFL, que acusa o executivo local de “má-fé”, ao mesmo tempo que reclama um pendente de 180 mil dólares, pela manutenção da unidade.

Assinado pela governadora Joana Lina, o documento que abre o concurso inscreve, entre outras empreitadas, a instalação de quiosques, de pequeno comércio e a implementação de actividades de atracção turística não especificadas, além da manutenção dos jardins, plantação de árvores e criação de viveiros de espécies nativas.

No entanto, a TFL, que beneficiou, em 1997, dos direitos de reabilitação e exploração, não recebeu de bom ânimo a medida do executivo provincial, o que a levou a recorrer a João Lourenço que “despachou a carta para a governadora” e à PGR de onde se aguarda resposta. “Escrevemos em Janeiro ao Presidente e respondeu, aconselhando que o assunto fosse tratado com a governadora. Portanto, o Presidente apelou para o diálogo, mas, no governo provincial, as portas estão fechadas. E não havendo conversa, o recurso é a justiça”, afirmou um executivo da TFL, que prefere não ser identificado “para não atrapalhar o processo judicial”.

Segundo a fonte, o director do Ambiente, Osvaldo Paquissi, foi o único que tentou conversar com a



MEMORIZE

● **Determinando um período de “concessão por 10 anos”, o instrutivo de Joana Lina diz que “as peças do procedimento são obtidas a título gratuito”, sendo que os documentos de habilitação devem ser apresentados nos termos do artigo 58.º n.º9/16 de 16 de Junho.**

empresa, antes do concurso, “mas acabou por adular a acta da reunião, inserindo questões que não foram tratadas”, pelo que o documento não foi assinado. “Foi por essa e outras razões ocultas, mas perceptíveis, que acharam que deviam esconder a TFL da Estufa por não ter colaborado com a mentira do director do Ambiente”, refere

a fonte, insistindo na má-fé do Executivo local, uma vez que “não respondeu em oito meses, quando o PR o fez em menos de um mês”.

Em reacção, o governo provincial afirma que, “depois de todos os argumentos, a TFL é livre de participar do concurso”. O responsável que responde pela entidade contratante, ouvido pelo VALOR, recusou-se a aprofundar o litígio com a TFL, justificando desconhecer todo o tema. “Mas também a TFL executa e depois cobra, daí os problemas com o Estado”, defende-se.

A TFL considera, no entanto, “tudo isso uma mentira”, já que houve contrato com o governo. “As coisas ficaram paralisadas em 2007, quando queriam privatizar simultaneamente a estufa e o jardim zoológico. Privatizaram o ‘zoo’, menos a estufa. Por isso, prometeram o ressarcimento que nunca aconteceu durante 12 anos”, explica. Como contrapartida, a empresa sugeriu

ao governo a exploração do espaço para retirar o capital investido, mas o executivo local não aceitou. “Usaram a Polícia para esconder quem trabalhou e criou todas as condições para aquilo ser o que é”, acusa, considerando mesmo ser “desleal” colocar-se a TFL a concorrer com outros, depois de ter reabilitado o que foi destruído pela guerra. “Eles propositadamente queriam manter a estufa em degradação para justificar este concurso a seu favor”, acusa o gestor da TFL, para quem a nova governadora devia perguntar se a empresa tinha capacidade financeira, antes de partir para o concurso. “Não o fez porque os nossos governantes gostam de passar a mensagem de que tudo se faz apenas com muito dinheiro para justificarem as comissões”, afirma, notando que os antecessores de Joana Lina (Albino Malungo, Faustino Muteka e Kundy Paihama) não usaram a força contra a TFL, porque

sabiam que havia um passivo com a empresa. A excepção, denuncia, foi João Baptista Kussumua que, entretanto, terá desistido de usar a Polícia depois de ser informado sobre o litígio. “Em contrapartida, criou um testa-de-ferro, filho do ex-director das Obras Públicas, que, através da empresa PLANURB, seria seu sócio, passando-lhe o contrato de exploração e gestão sem rescindir o contrato com a TFL. Depois disso, continuou a fazer algumas obras com dinheiro do Estado. O plano era pôr a estufa a ‘brilhar’ com dinheiro público e entregar ao privado para explorar”, acusa.

Em 2014, foram aplicados 138 milhões de kwanzas, acrescidos de outros “montantes significativos” para uma reabilitação que alegadamente nunca aconteceu. Segundo a fonte, em 2007, o ex-director das Obras Públicas “transformou os dois edifícios existentes na estufa em casas ecológicas depois de reabilitados pela TFL”, preparando assim caminho para a PLANURB.

FUNDAMENTO JURÍDICO

O jurista Marcos Chitanga também acha que “o diálogo se afigura necessário” para se ultrapassar o litígio já que “a TFL apresentou obra e criou muitos postos de trabalho que podem estar em perigo”. “O governo não devia intervir sem olhar para tudo o que foi feito, para haver o mínimo de equidade”, observou, acrescentando que “se está a ir muito longe”.

A TFL assegura, por seu lado, que, com recursos próprios, está a reconstruir pontes e pontecos no meio rural, sobretudo na área da Calima, a Sul da cidade do Huambo, “aliviando” a circulação e o escoamento dos produtos do campo para a cidade.



O **BALCÃO ÚNICO DO EMPREENDEDOR** do Namibe registou, durante o ano passado, a entrada de 406 mil processos para a constituição de pequenas empresas, informou à imprensa o delegado provincial da Justiça e dos Direitos Humanos, Wilson Vilelengalenda.

FACE ÀS DENÚNCIAS PÚBLICAS

Habitação investiga sorteio do Zango 5

CENTRALIDADES. Imogestin nega responsabilidade sobre o programa de escolha aleatória dos apartamentos, sugerindo que apenas o Governo pode pronunciar-se em relação às críticas da população.



Imogestin nega responsabilidades sobre o programa de escolha.

Por Antunes Zongo

O Ministério do Ordenamento do Território e Habitação (Minoth) abriu um inquérito para apurar a veracidade das denúncias de fraudes no sorteio das residências da centralidade do Zango 8000, vulgo Zango 5, soube o VALOR de alto quadro da instituição.

Apesar de insistir na ideia de que o sorteio foi realizado com “lisura e transparência”, a fonte justifica o inquérito com a necessidade de se apurar se terá havido alguém “ousado em agir” em contramão da organização. “Estamos a ouvir as críticas e a analisar a lista manuscrita posta a circular, em que se denota ter havido encomenda de nomes. Estamos a averiguar e vamos clarificar o público sobre o que se passou”, garante o

alto quadro do Minoth, que promete “mão pesada” caso se “conclua ter havido” algum tipo de fraude.

O responsável, que não avança datas para a apresentação dos resultados do inquérito, também não descarta a possibilidade de alguém ter publicado a lista e pô-la a “circular por pura má-fé”. Para o quadro do Minoth, “o país está a mudar” e sublinha que o Ministério “não terá receios de divulgar” os resultados das investigações, mesmo que se conclua pela existência de fraude.

A Imogestin, empresa responsável pela gestão do Zango 5, nega responsabilidades sobre o programa de escolha das moradias, declarando que apenas o Governo pode pronunciar-se, face às críticas.

O PROCESSO

O sorteio das residências, ocorrido na manhã de quinta-feira, 20.02, e cujos resultados estão a ser questionados, foi antecedido por um processo de inscrição via

internet, que também gerou muita insatisfação, face às falhas registadas no site. Durante o sorteio das habitações, o Ministério foi, entretanto, defendendo a transparência do processo.

À imprensa, técnicos do Minoth explicaram que o sorteio foi feito por meio de um software desenvolvido por nacionais e que “obedeceu aos critérios de candidaturas”. O programa, explicaram, definiu uma sequência de passos traduzidos em códigos, para a escolha aleatória dos candidatos.

A titular da pasta, Ana Paula de Carvalho, explicou, no entanto, que o sorteio não representava o fim do concurso, sendo que os candidatos escolhidos pelo programa podiam ser afastados, caso houvesse irregularidades nos documentos apresentados ou incompatibilidades.

Na corrida para o acesso às casas, estiveram 157 mil pessoas para as 2.390 residências. O novo concurso foi anunciado para breve, desta vez no Huambo.

PUB

TRANSCOOP
Transportes Rodoviários

AGILIDADE, CONFORTO, SEGURANÇA E EXCLUSIVIDADE



**SERVIÇO
PERSONALIZADO COM
CONFORTO E
SEGURANÇA**

O TAXÍMETRO SÓ SERÁ LIGADO
NO LOCAL DA CHAMADA



Rua 21 de Janeiro, Bairro Rocha Pinto, Luanda

Call center

(+244) 947 992 829

(+244) 993 091 599

Trabalhamos com multicaixa



Mercados & Negócios

TRABALHADORES EVENTUAIS DA SONANGOL AMEAÇAM PARALIZAR EM MARÇO

Oferta de gás e de combustíveis em risco

GREVE À VISTA. Central Geral de Sindicatos Independentes e Livres de Angola adverte que a Sonangol tem uma moratória de até dia 16 de Março para integrar todos os colaboradores eventuais. Em uníssono, trabalhadores negam prorrogação do prazo.

Por Antunes Zongo

Os trabalhadores eventuais da Sonangol, precisamente os das subsidiárias Sonagás, Logística e Sonangol Shipping, ameaçam com “paralisação total” em Março, caso a petrolífera não os tramite para o quadro de pessoal efectivo, dado que já ultrapassaram o prazo limite de trabalho temporário previsto no Decreto Presidencial 31/17.

O diploma determina que o trabalhador eventual que preste serviços a empresas públicas passa a efectivo automaticamente, desde que a relação temporal ultrapasse o máximo de dois anos. No entanto, boa parte desses colaboradores trabalha para a Sonangol desde 2008, sendo que os últimos deram entrada em 2011.

Além da efectividade, os eventuais também insistem no pagamento dos retroactivos resultantes da falta do cumprimento do contrato. Ou seja, os contratos, em respeito à lei que rege o sector petrolífero, determinam que os salários devem ser pagos em kwanzas, mas de acordo com as oscilações cambiais. Em contramão, as subsidiárias têm pago segundo o câmbio de 2010, em que 100 dólares valiam 10 mil kwanzas.

Os eventuais, que são pouco mais de 600 funcionários, representam mais de metade do pessoal das subsidiárias referidas e não têm dúvidas de que a paralisação vai cortar “drasticamente” o for-



Além da efectividade, os eventuais insistem no pagamento dos retroactivos.

neamento e distribuição dos combustíveis e do gás butano. “Mais do que a perda de facturação por parte do Estado, as empresas e as famílias são as que mais vão sofrer, por sermos a maior fonte de gás de cozinha, bem como dos combustíveis, no caso da Sonangol Logística e Sonangol Shipping. A falta de combustível registada no ano passado, nada será se comparada ao que podemos fazer”, avisa um dos colaboradores.

Ao VALOR, Francisco Jacinto, secretário-geral da CGSILA adverte que a Sonangol tem uma moratória de até dia 16 de Março para integrar todos os colaboradores eventuais, ao passo que, em uníssono, os trabalhadores negam qualquer tentativa de prorrogação do prazo.

O sindicalista, para quem, em termos legais, os trabalhadores já

600

Funcionários representam mais de metade do pessoal das subsidiárias referidas.

são efectivos da petrolífera, recorda ter havido várias datas para o culminar do processo, apontando, como exemplo, Novembro de 2019 e Janeiro deste ano, pelo que reforça estar “fora de questão” qualquer possibilidade de renovação da data. “Na qualidade de sindicato, servimos como uma força de pressão, e não devemos abdicar daquilo que é o nosso papel fundamental. A assembleia-geral de trabalhadores decidiu greve total em Março,

caso a Sonangol não cumpra com a obrigação legal, e é isso que vai acontecer”, garante peremptório.

SONAGÁS INICIOU REIVINDICAÇÕES

As exigências agora realizadas em bloco foram apresentadas inicialmente pelos operadores da Sonagás, em Agosto de 2019. Na edição 171 do VALOR, os trabalhadores garantiram terem calculado, com a ajuda do advogado constituído antes da filiação à CGSILA, que a empresa lhes devia acima de 5,6 mil milhões de kwanzas de retroactivos.

Entretanto, a eventual passagem dos colaboradores dessas subsidiárias para o quadro efectivo da Sonangol vai significar aumento na despesa com pessoal por parte da petrolífera, dado que os efectivos auferem salários 650% acima

do ordenado dos trabalhadores em regime experimental. Ou seja, se os eventuais têm salários à volta dos 60 mil a 80 mil kwanzas, podendo chegar aos 150 mil e 200 mil kwanzas com os subsídios, os efectivos ganham entre 500 mil e 600 mil kwanzas, sendo que alguns chegam a roçar os 1,2 milhões de kwanzas por mês, com os subsídios. Apesar desse potencial significativo aumento, o secretário-geral da CGSILA recusa-se a aceitar que a Sonangol não tenha dinheiro para a conclusão do processo.

Francisco Jacinto recorda que os trabalhadores foram contratados pelas empresas Angola Offshore, Inter-Service e outras que prestam serviço à Sonangol, sendo que, em contrapartida, a petrolífera paga aos colaboradores e às companhias pelos serviços. Para o líder sindical, essa operação financeira é mais onerosa para a Sonangol do que se tivesse efectivado o pessoal. “Até perguntei [à petrolífera] quanto pagam a essas empresas, para juntos aferirmos o quanto significará para os cofres da Sonangol a suspensão dos contratos com essas empresas e a integração dos trabalhadores, mas não me conseguem dizer”, conta o também advogado, para quem ainda não interessa questionar quem são os donos das Angola Offshore, Inter-Service e outras prestadoras.

IMPORTÂNCIA DAS SUBSIDIÁRIAS

A Sonangol Shipping, constituída em Abril de 2007, é a subsidiária responsável pelo transporte marítimo de petróleo bruto (por navios tanque Suezmax), gás natural liquefeito, gás butano e outros produtos refinados por navios de Cabotagem. Além de transportar a mercadoria para outros pontos do mundo, a Sonangol Shipping é responsável pela recepção e distribuição dos refinados oriundos do exterior para as subsidiárias competentes.

Não menos importante, a Logística é responsável pela gestão dos produtos, desde brutos a derivados do petróleo. A paralisação da Logística ou a má gestão dela acaba por gerar caos, a exemplo do que sucedeu em 2019, em que a Sonangol se viu incapaz de fornecer combustíveis ao país, resultando na exoneração do seu então PCA.

Actualmente, a Logística cobre 60% do fornecimento do gasóleo em todo o território nacional, bem como 35% da gasolina, e 5% de outros derivados do petróleo.

 LaLiga Santander
Experience



zap

GANHE UMA VIAGEM A BARCELONA



Carregue o pacote ZAP Max ou ZAP Premium, habilite-se a ganhar uma viagem em Maio para Barcelona com tudo pago e assista ao vivo o jogo FC Barcelona e RCD Espanyol.

QUANTO MAIS CARREGAR MAIS HIPÓTESES TEM DE GANHAR!

#LaLigaExperience

FC Barcelona  VS  RCD Espanyol



Obrigatório ter Passaporte válido.
Campanha válida de 15 de Fevereiro a 5 de Abril de 2020.
Consulte o regulamento no website, Facebook ou numa loja ZAP.

www.zap.co.ao

(In)formalizando



Aluguer de um único espaço para servir de escritório para diferentes pequenas empresas é um negócio em franco crescimento.

OPORTUNIDADE PARA PEQUENOS NEGÓCIOS

Coworking em crescimento e com margem para novos investimentos

EMPREENDEDORISMO. É cada vez mais crescente o número de empresas e não só a implementar, nas suas instalações, o formato coworking, dando oportunidade de surgimento e crescimento de outras. Em Luanda, há empresas que adoptaram o modelo a facturar anualmente mais de 10 milhões de kwanzas, enquanto as integradas poupam cerca de 360 a 600 mil kwanzas..

Por Guilherme Francisco

Os elevados preços de compra e arrendamento de escritórios nas zonas nobres de Luanda são, genericamente, apontados entre as princi-

pais dificuldades dos empresários, especialmente dos iniciantes, na instalação de negócios.

Na baixa de Luanda e em Talatona, por exemplo, o arrendamento de um escritório com 165 metros quadrados está avaliado em um milhão e 320 mil kwanzas mensais.

Diante deste empecilho, vários principiantes têm apostado no chamado coworking, um formato económico de partilha de espaços de trabalho entre

várias empresas e que vai sendo proliferado, sobretudo por instituições que possuem espaços inutilizados.

Neste modelo, os preços de arrendamento variam de acordo com a localização e a comodidade ou serviços e não são referenciados por metros quadrados, ao contrário dos espaços convencionais.

Na zona central de Luanda, por exemplo, os preços mensais vão dos 20 aos 50 mil kwanzas,

como acontece no Centro de Formação Empreender Transforma (CET), que, há quase um ano, implementou o coworking. Com sete empresas instaladas cada uma, com base no pagamento, pode dispor de cadeira e mesa, copa, sala de reuniões, partilha de internet e serviço de secretariado.

Não muito diferente, a Disruption Lab, pertencente ao Millennium Atlântico, cobra ao dia 1.500 kwanzas, valor que, em um mês útil, pode atingir os 36 mil kwanzas.

Já a Mam-dzaow, sediada no Patriota, município de Belas, actualmente com mais de 13 empresas em coworking, cobra entre 19 e 26 mil kz/mês. Alguns destes espaços incluem, nos beneficiários, pagamento das obrigações fiscais.

Esta nova forma de negócio tem rendido aos proprietários entre quatro e 12 milhões

de kwanzas anualmente, isso a depender do número de empresas integradas neste sistema considerado por Inene dos Santos, responsável do CET, “uma rede de suporte para o crescimento no mercado” de novos empresários.

Mas, se, por um lado, as empresas detentoras de espaços lucram, as integradas vêm reduzidas as despesas, o que pontencia o aumento das margens de lucro. Segundo José Lisboa, responsável da empresa MC Company Anastacia, desde que aderiu ao coworking, poupa 600 mil kwanzas, ao contrário de quando esteve em espaço individual em que gastava, por ano, 1,2 milhões de kwanzas somente pelo arrendamento. “Antes facturávamos mensalmente um milhão de kwanzas, valores que reduziam substancialmente com as despesas.

No coworking, temos poucas despesas, agora facturamos o

O BALCÃO ÚNICO DO EMPREENDEDOR do Namibe registou, durante o ano passado, a entrada de 406 mil processos para a constituição de pequenas empresas, informou à imprensa o delegado provincial da Justiça e dos Direitos Humanos, Wilson Vilelengalenda.

dobro”, confere, apontando, como vantagens, a localização privilegiada e a cooperação com outras empresas integradas no formato.

A empresa Fidelsoftware, por sua vez, gastava anualmente 720 mil kwanzas pelo arrendamento e hoje, segundo o seu CEO, Fidel Carlos, tem despesas a rondarem os 480 mil, por estar no coworking. “Não temos gastos com a internet, água e energia, segurança ou manutenção de impressoras. Temos poucos gastos, contribui para o nosso crescimento”, atesta.

Artur Mesquita, empreendedor em identidade de imagem, trabalhava em casa, mas, depois de conhecer a “nova filosofia de sobrevivência e crescimento de empresas”, decidiu aderir ao formato, “devido à força de conexão existente entre empresas jovens num mundo altamente digital e competitivo.”

Os três homens de negócios reconhecem ser um formato “ideal” para as novas empresas, principalmente criadas por jovens sem muita experiência e sem capital suficiente para manter estável o negócio. Por outro lado, unanimemente, apontam, como desvantagens, a falta de privacidade, as limitações no aumento de funcionários e a necessidade de se reservar previamente a sala para reunião, sob pena de outra empresa antecipar-se.

INCENTIVOS

Os empreendedores clamam por mais espaços de coworking, no sentido de facilitar o surgimento de mais empresas, visto que muitas entram em falência depois de um a dois anos, devido ao elevado número de despesas.

Apelam, igualmente, ao Governo e às grandes empresas para a recuperação e cedência de armazéns e outros espaços abandonados, que podem servir para agrupar e fortalecer várias pequenas empresas ou ideias de negócios. No entendimento deste, o modelo constitui uma via de combate ao desemprego na classe juvenil e porta aberta para a materialização da política de auto-emprego.

O apelo ao incentivo passa também pela aquisição de produtos ou serviços destas pequenas empresas por parte do Governo e grandes empresas, até porque, afirma Inene dos Santos, é mais económico e “ajuda os jovens a solucionar problemas.”

GOURMANDISE CHOCOLATE

De loja caseira à fábrica de produção artesanal

EMPREENDEDORISMO. Da vontade de agradar à filha, nasceu a ideia para a criação de um pequeno negócio caseiro que, em quase uma década, evoluiu para uma fábrica artesanal. Hoje, os chocolates de Song Livramento afirmam-se como os únicos de fabricação artesanal no país e projectam-se para a conquista do mundo.

Song Livramento, 36 anos e formada em ciências sociais, é uma mulher empreendedora, que herdou do avô paterno a paixão pelo cacau, do qual fez o seu ofício.

Tudo começou em 2010. Na altura, decidiu agradar a filha de dois anos, com os famosos ‘ovos de páscoa’ e assim nascia a ideia de criar uma marca de chocolate.

Nove anos depois, isto em Junho de 2019, o que era apenas um pequeno negócio caseiro com vendas pelas redes sociais evoluiu para uma fábrica artesanal, tornando o sonho em realidade.

Os primeiros seis meses são “desafiantes”, sobretudo porque os potenciais clientes manifestam vários receios, face ao produto novo. “Não foi fácil, porque as pessoas estavam habituadas com os chocolates importados e não com os meus que são artesanais e feitos cá em Angola”, conta Livramento.

As inquietações dos clientes têm impacto visível nos resultados. Entre Julho e Dezembro, a faturação fica-se pelos 1,6 milhões de kwanzas, à razão de 266,6 mil kwanzas por mês. “Mas hoje o negócio melhorou bastante, os produtos da Gourmandise Chocolate contam com muitos fiéis compradores”, revela a empreendedora, que, entretanto, não detalhou os novos resultados. “Posso dizer apenas que hoje, numa única encomenda, podemos facturar mais de um milhão de kwanzas”, acrescentou, apontando a banca, as grandes superfícies, os restaurantes e hotéis entre os principais clientes.



Song Livramento, empreendedora

MEMORIZE

● **Natural de Luanda,** Song Livramento define-se como uma mulher “sonhadora”. Desde nova quis ser advogada, mas, mudou o foco. Começou por trabalhar na Total Angola.

Outro segredo está na personalização das encomendas, como revela Song Livramento. As caixinhas, por exemplo, são feitas a mão pela empreendedora e pela sua equipa e nunca são iguais. “Existem sempre pormenores que distinguem cada uma das embalagens”, conta.

NEGÓCIO EM CRESCIMENTO

Sem precisar números, Livramento assegura que gasta muito dinheiro na importação de equipamentos e de matéria-prima, sobretudo o chocolate. “Aqui não existe nada”, precisa.

Para o futuro imediato, os planos passam pela expansão do negócio, prevendo assim responder às várias propostas para abrir lojas fora de Luanda. “Estou a estudar as melhores formas de expandir o negócio”, explica, garantido que, ao contrário do expectável, a crise financeira aumentou o volume de encomendas, aproveitando o facto de ser a única fabricante de chocolate artesanal. “Gostaria de conhecer outras pessoas neste ramo”, refere. A última meta passa por montar uma grande fábrica em que tudo seja feito à mão.

Referindo-se ao ambiente de negócios no país, a empreendedora nota que muitos jovens possuem vontade de criar pequenos negócios, mas a burocracia tem levado muito deles a desistirem ou a guardarem os projectos nas gavetas.

Para legalizar a sua empresa em Junho de 2019, Livramento desembolsou 460 mil kwanzas, o que lhe permitiu abrir a pequena fábrica no Morro Bento.

A SONHADORA

Natural de Luanda, Song Livramento define-se como uma mulher “sonhadora”. Desde nova quis ser advogada, mas, após lhe ser recusada a entrada no curso de Direito, mudou o foco. Começou por trabalhar na Total Angola ao longo de sete anos (2009 a 2016).

Com o seu lançamento na produção de chocolate, fez formação em técnicas de chocolataria no centro de formação Selmi, em Turino, Itália. Sobre o mercado, entende que este está restrito a Luanda, identificando muitas áreas ainda por explorar.

Hoje, a empresária já não abdica da independência, face a qualquer patrão, sublinhando que não volta a trabalhar para outros. “Pretendo levar a Gourmandise ao resto de Angola e do mundo.”

Neusa Suana, 38 anos, por sinal a primeira funcionária, considera ser uma experiência boa e testemunha que acompanhou os primeiros passos da pequena fábrica. “Nunca trabalhei no ramo dos chocolates, tem sido uma experiência boa e tenho aprendido todos os dias”, precisa a jovem, que exerce na fábrica a função de assistente de venda. “O chocolate é a minha vida diária”, confessa.

DE JURE

GARANTE SECRETÁRIO DE ESTADO DA JUSTIÇA, ORLANDO FERNANDES

Lei vai otimizar organização e funcionamento da Provedoria

LEGISLAÇÃO. Governo defende que documentos vão conferir ao órgão “independência, recursos e capacidade para a prossecução das respectivas atribuições institucionais”. Unita mostra-se apreensiva.



Orlando Fernandes,
secretário de Estado
da Justiça

Por Redacção

As propostas de Lei Orgânica da Provedoria de Justiça e o Estatuto do Provedor de Justiça “são ajustadas ao actual quadro jurídico-constitucional” e, a par da conformação constitucional, “vão optimi-

zar o quadro da organização e funcionamento daquele órgão da Justiça”.

A posição foi defendida pelo secretário de Estado da Justiça, Orlando Fernandes, após a aprovação, na generalidade, dos diplomas pela Assembleia Nacional (AN) na passada sexta-feira.

Segundo o dirigente, os documentos, que seguem para debate na especialidade nos próximos dias, vão conferir à Provedoria de Justiça “independência,

recursos e capacidade para a prossecução das respectivas atribuições institucionais”.

“Estamos convencidos de que as propostas de Lei são suficientemente equilibradas e respondem às necessidades actuais de organização e funcionamento desses entes”, afirmou.

Perspectiva diferente teve a Unita, que, através da deputada Mihaela Webba, se manifestou apreensiva por uma das propostas de Lei remeter os funcioná-

rios e agentes administrativos da Provedoria de Justiça ao regime funcional e remuneratório da administração pública.

De acordo com a parlamentar, caso impere tal cenário, a Provedoria de Justiça vai continuar a registar uma “sangria de quadros, com danos na dinâmica e rotina desejadas a favor das magistraturas e de outras estruturas funcionais, que melhor valorizam os seus técnicos”.

Para Mihaela Webba, sendo a Provedoria de Justiça uma entidade pública independente, que interage e assegura a justiça e a legalidade da actividade administrativa, “não faz sentido reconduzir os integrantes do seu gabinete e o seu pessoal ao regime funcional e remuneratório da função pública”, defendendo, igualmente, que seja atribuído àquele órgão da justiça o estatuto de Instituição Nacional de Direitos Humanos.

Entretanto, o secretário de Estado da Justiça, Orlando Fernandes, esclareceu que, no caso concreto, a Provedoria de Justiça, que possui um estatuto de independência, “não se pode assumir como executor de políticas em matéria de direitos humanos”, uma vez que “os Estados que normalmente têm essas instituições nacionais de direitos humanos não comportam, no Executivo, uma estrutura centralizada que cuida das políticas públicas em matéria de direitos humanos”.

Aprovados por unanimidade, os diplomas são de iniciativa legislativa do Presidente da República, enquanto titular do Poder Executivo.

A 5.ª reunião plenária aprovou ainda, com 137 votos a favor, nenhum contra e nenhuma abstenção, o Projecto de Resolução para o Ajustamento da Comissão Permanente da Assembleia Nacional.

ENTIDADE PÚBLICA INDEPENDENTE

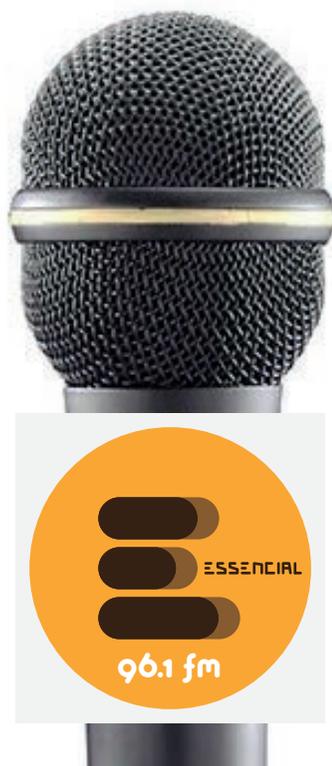
O Provedor de Justiça, eleito para um mandato de cinco anos, renovável apenas uma vez, é uma entidade pública independente que tem como objectivo a defesa dos direitos, liberdades e garantias dos cidadãos, assegurando, através dos meios informais, a justiça e a legalidade da actividade da administração pública.

O Provedor de Justiça é eleito pela Assembleia Nacional, por deliberação da maioria absoluta dos deputados em efectividade de funções e toma posse perante o presidente da Assembleia Nacional, em plenário.

O actual Provedor de Justiça, Carlos Alberto Ferreira Pinto, foi eleito a 17 de Dezembro de 2017, com votos favoráveis do MPLA, contra da Casa-CE e do PRS e abstenção da Unita, e tem como adjunta a jurista Florbela de Jesus Rocha.

QUE É
ESSENCIAL
NOS DIAS
DE HOJE?

96.1 fm



SETE DICAS QUE PROPICIAM BOAS ESCOLHAS

Como contratar a pessoa certa

RECURSOS HUMANOS. Quando se trata de contratações, a sorte é um factor incontornável. Mas quanto mais destacada é a posição a preencher na empresa, mais importante é conseguir antecipar dissabores com o novo membro da sua equipa. Tente minimizar o factor sorte quando recruta com estas estratégias.



1 ● **Evite a entrevista clássica**
A entrevista clássica assemelha-se frequentemente a uma coreografia ensaiada em que as perguntas e as respostas são demasiado previsíveis. “Onde se vê daqui a cinco anos? Quais são os seus pontos fortes e fracos? O que considera o seu maior sucesso ou falhanço?” Saia deste registo para o qual o entrevistado provavelmente se preparou e seja criativo de modo a perceber a pessoa à sua frente, como pensa e sente e como poderá ser como colega de trabalho.

2 ● **Use truques de entrevista**
Para ir além das respostas ensaiadas faça perguntas criativas e mais pessoais que os façam raciocinar in loco. São exemplos “qual é a seu ‘super-poder?’; Que animal seria e

porquê? Quais são as suas qualidades preferidas dos seus pais? No que é que as pessoas geralmente se enganam a seu respeito?” Estas perguntas poderão ajudá-lo a perceber como o entrevistado se vê a si próprio, se é honesto com essa visão e se se vai enquadrar na posição que pretende preencher.

3 ● **Saia da sua secretária**
Leve o seu entrevistado num tour da empresa e observe como trata os potenciais colegas. Meça o real interesse nos diferentes pontos da sua organização. Se fizer perguntas sobre as diferentes áreas, se interagir bem com os seus outros funcionários, se os tratar com respeito, você está no bom

caminho para uma boa contratação. Outra ideia é levar o entrevistado para almoçar e observar se é educado com quem o rodeia e quem o serve, se se irrita ou o que critica e se tem a capacidade de manter uma conversa. Tudo factores que vão pesar na capacidade de o entrevistado se adaptar na sua empresa.

4 ● **Peça a segunda e terceira opinião**
O entrevistador tem tendência, particularmente quando já contrata há muito tempo, de sobrestimar a sua capacidade de escolher o melhor candidato. Para ter perspectivas diferentes peça a dois colegas que conversem com eles e

cruze as suas opiniões. Investigue as referências e tente perceber se o entrevistado já trabalhou com alguém que conheça e que lhe possa dar uma opinião confiável porque trabalho feito fala sempre mais alto do que quaisquer palavras bonitas saídas da boca de alguém que quer conquistar a sua simpatia e a posição.

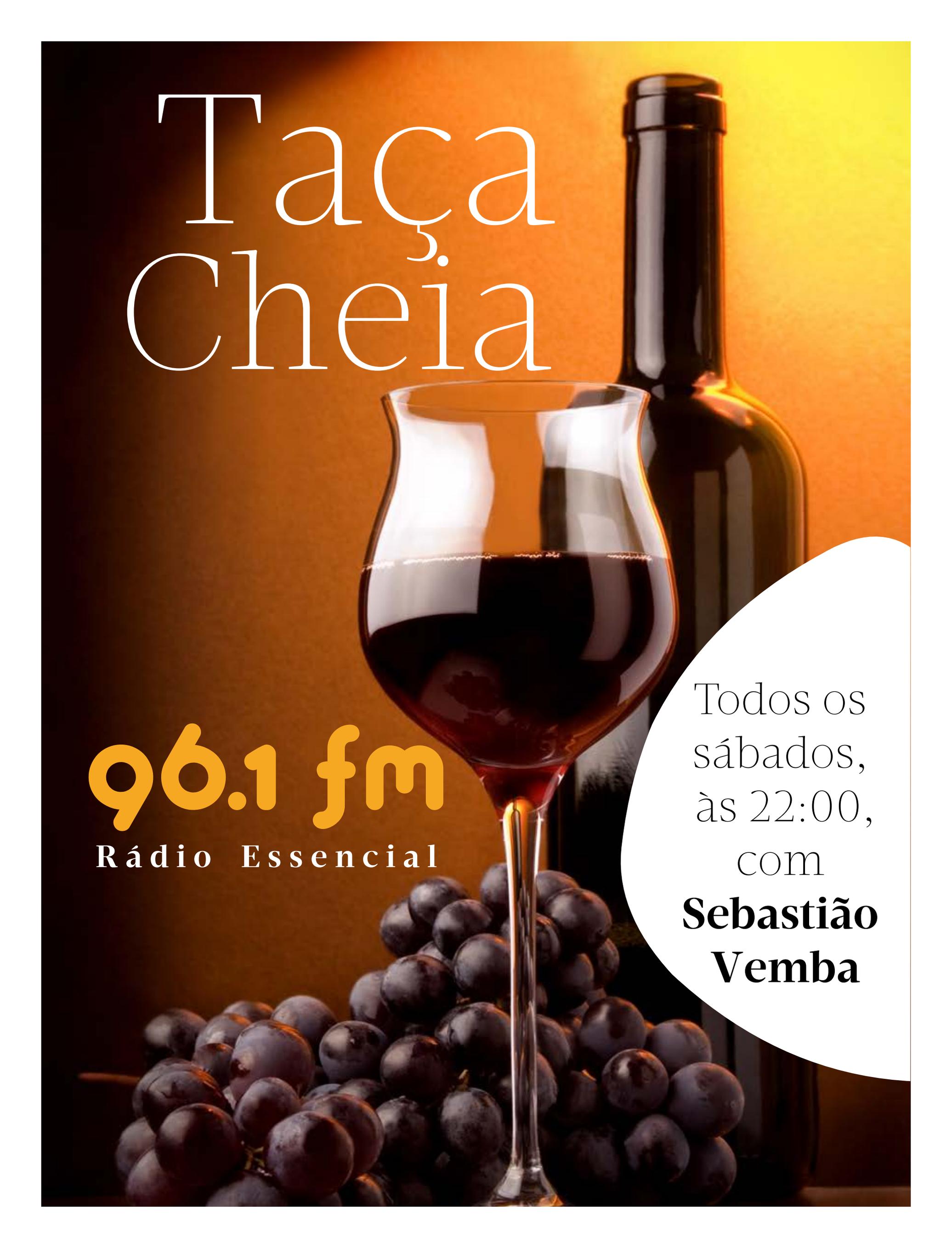
5 ● **Dê trabalho de casa**
Uma boa maneira de ver o seu candidato em acção antes de se meter num contato com ele é dar-lhe um trabalho real para fazer. Pode aprender muito sobre a pessoa quando ela está em acção e eliminar muito

do factor sorte da contratação. Se a pessoa pode vir a trabalhar consigo o melhor é poder observar os seus métodos e o seu nível de interesse no que faz numa situação de trabalho concreta. Se for possível não estipule timings, assim vai poder perceber como o candidato gere o seu próprio tempo, e se é útil.

6 ● **Insista na diversidade**
Para compor a sua equipa de trabalho tente buscar diversidade porque experiências de background diferentes, dão perspectivas diferentes e enriquecem a sua empresa, trazem inovação e criatividade na resolução de problemas. Contrarie a sua tendência natural e inconsciente para contratar pessoas parecidas consigo porque em vez de complementarem o seu trabalho vão apenas duplicar a capacidade que já existe de o fazer. O ideal é buscar alguém que pense o que não pensa e faça o que não faz em prol do crescimento da sua empresa.

7 ● **Confie nos seus instintos**
Geralmente o processo de contratação é pressionado pelo tempo e pela necessidade de colocar alguém nessa posição mas se tem dúvidas quanto à pessoa que vai contratar e não as sabe explicar para além do que lhe diz o seu instinto, o mais provável é que depois de contratar esse sentimento se magnifique várias vezes porque está a conviver mais com a pessoa. Tente confiar nos seus instintos sem atropelar os outros factores de contratação.

Taça Cheia



96.1 fm

Rádio Essencial

Todos os
sábados,
às 22:00,
com
**Sebastião
Vemba**

Opiniões

Se a bajulação resistir, tudo o resto também...



César Silveira,
Editor Executivo
Valor Económico

tanto, os acontecimentos deixam a entender que o Presidente da República, afinal, não tem este mal entre os que deve combater por respeito ao lema eleitoral “melhorar o que está bem e corrigir o que está mal”.

Algumas vezes têm tentado minimizar a gravidade deste mal, argumentando que o lema é válido para males mais graves, posicionando-se entre estes supostos males mais graves a corrupção, tráfico de influência e/ou a impunidade. Mas aqui parece tratar-se de um erro de cálculo, um raciocínio de curto alcance e/ou apenas mera falácia.

Pois a bajulação está, na prática, entre as causas da corrupção, impunidade e/ou tráfico de influência. Estes males, na verdade, são consequência da institucionalização da bajulação e outras práticas semelhantes.

Ou seja, ao permitir ser ‘mimado’ com as manifestações de apoio, João Lourenço corre o risco de, num futuro muito breve, sentir-se tentado e/ou obrigado a retribuir os mentores destas manifestações. Isso tem custos. Portanto, daí para práticas de corrupção, tráfico de influência e/ou impunidade seriam apenas mais uns passinhos. Em outras palavras, se a bajulação resistir aos males que o Governo prometeu combater, tudo o resto também sobreviverá.

Começa a ficar cada vez mais evidente que não será o MPLA a combater o sistema que durante anos implementou causando inúmeras consequências sociais, económicas e políticas. Nos últimos dias, foram vários os golpes contra a tese recentemente defendida pelo Presidente João Lourenço segundo a qual só alguém que tenha feito parte do sistema estaria em condições de combater este mesmo sistema. Definitivamente, não.

No início, do percurso presidencial, por exemplo, João Lourenço deu sinais de que seria adverso às manifestações de bajulação. É de resto uma das características que terá motivado alguns apoiantes a posicionarem-se como tal. Entre-



Ónus da prova: moralidade e ética nos impostos



Paulo Mendonça,
Partner EY, Tax
Services

rem como um pano de fundo no que respeita às grandes decisões no campo fiscal.

Mas também é certo que as administrações fiscais, pressionadas pela necessidade de arrecadação de receita, induzidas pela inexperiência ou falta de programas efectivos de actualização técnica e, porque não, incentivadas por prémios por objetivos de liquidação para uma actuação menos compatível com os padrões expectáveis de ética, moral e de equidade, acabam por extremar posições que levam os contribuintes a actuar de forma atipicamente defensiva nuns casos, e agressiva noutros. Como refere Thomas Pain na sua obra *Common Sense*, “society in every state is a blessing, but government even in its best state is but a necessary evil; in its worst state an intolerable one; for when we suffer, or are exposed to the same miseries by a government, which we might expect in a country without a government, our calamity is heightened by reflecting that we furnish the means by which we suffer”.

Está enraizado o princípio que as empresas e os indivíduos devem

pagar sua justa quota parte de impostos. Mas que quota parte é essa? Um conceito indeterminado com este alcance, não será entendido como mais do que uma afirmação abstracta, sem conteúdo prático. A lógica redistributiva de Rawls ajuda um pouco, mas não é suficiente. O problema é mais profundo. A legislação fiscal peca por inconclusiva, e é muitas vezes inconsistente (quando não mesmo indecifrável). Na verdade, há uma subversão do princípio, tantas vezes apregoado, que a lei deve ser genérica e abstracta. À luz deste princípio, quantas vezes é reescrita por interpretações administrativas não condizentes com a letra da lei? E quando dessa letra da lei nada de útil se pode extrair por acção, ou omissão, do legislador?

A melhoria da qualidade legislativa não é suficiente. Terá que se passar para um plano mais exigente. Fácil de dizer, quase impossível de colocar em prática, diga-se em abono da verdade. A reversão de dívidas fiscais para os gerentes, administradores, etc... poderia motivar que o factor coercivo forçasse a tomada de decisões assentes em princípios éticos e morais mais exigentes. Contudo seria fundamental, a bem da segurança jurídica e da justiça do mecanismo de reversão, a verificação prévia do elemento de culpa, o que nem sempre se verifica.

No fim, cada parte acaba entrenchada do seu lado da contenda e os princípios da boa fé, da colaboração e da confiança não passam de sound bites sem qualquer consequência prática.

Bem-vindos então ao mundo do contencioso. Um universo feito de custas judiciais e honorários profissionais que não estão ao alcance de todos, de práticas e procedimentos que apenas uns quantos iniciados dominam e conseguem utilizar em seu benefício e, acima de tudo, um espaço que avança a passo de caracol com pendências intermináveis às costas.

E, de trincheira para trincheira, neste universo paralelo, cada um dos contendentes arremessa (ou defende-se de) argumentos assentes na falta ou insuficiência de fundamentação, de prova, de substância económica e de adesão às práticas empresariais que seriam expectáveis entre entidades independentes focadas num propósito único, o da geração do lucro. Ou seja, tudo se reconduz ao chamado ónus da prova.

Amoralidade e a ética não são ainda aspectos preponderantes no que respeita à organização da função de planeamento fiscal das empresas, mas, num futuro próximo, serão temas fulcrais não só para essas empresas, mas também para os legisladores, consultores, auditores, contabilistas, entre outros.

Será que hoje se pode afirmar, taxativamente, que existe um compasso ético e moral que funcione como um antídoto contra o planeamento fiscal agressivo e contra a fraude e evasão fiscal? Em muitas empresas, não se vislumbra ainda que a ética e a moral ope-

“Quando as correntes intelectuais e políticas se desviavam do pacto social-democrata, as coisas geralmente não funcionavam muito bem.”

A democracia social vence o socialismo democrático



Daron Acemoglu

ria e incorrigível, a solução é cortar a corda de segurança mais importante desse sistema: a propriedade privada dos meios de produção. Em vez de um sistema no qual as empresas e todos os equipamentos e máquinas estejam nas mãos de um pequeno grupo de proprietários, os socialistas democráticos preferiam a ‘democracia económica’, na qual as empresas seriam controladas pelos seus trabalhadores ou por uma estrutura administrativa operada pelo Estado.

Os socialistas democráticos contrastam o seu sistema idealizado com a marca de estilo soviético. Argumentam que o sistema pode ser alcançado inteiramente por meios democráticos. Mas as tentativas mais recentes para socializar a produção (na América Latina) basearam-se em acordos antidemocráticos. E isso aponta para outro problema com o actual debate nos EUA: o socialismo democrático misturou-se com a democracia social. E, infelizmente, Sanders contribuiu para essa confusão.

A democracia social refere-se ao quadro político que surgiu e se estabeleceu na Europa, principalmente nos países nórdicos, ao longo do século XX. Também se concentra em controlar os excessos da economia de mercado, reduzir a desigualdade e melhorar os padrões de vida dos menos favorecidos. Mas embora os socialistas democráticos dos EUA, como Sanders, costumem citar, existem diferenças profundas e consequentes entre os dois sistemas. A democracia social europeia é um sistema para regular a economia de mercado, não para a substituir.

O exemplo é o Partido Social Democrático dos Trabalhadores Suecos (SAP), que se distanciou desde cedo da ideologia marxista e do Partido Comunista. Um dos primeiros e constituintes líderes do SAP, Hjalmar Branting, ofereceu uma plataforma atractiva não apenas para os trabalhadores industriais, mas também para a classe média.

O facto de que um socialista nunca poderia qualificar-se para altos cargos nacionais costumava ser uma regra não escrita da política dos EUA. Mas agora um autoproclamado ‘socialista democrático’, o senador Bernie Sanders, é o principal candidato à nomeação presidencial democrata. Será que os EUA deverão aceitar esta mudança?

O SAP competia pelo poder por meios democráticos, trabalhando dentro do sistema para melhorar as condições da maioria dos suecos. Nas primeiras eleições após o início da Grande Depressão, o líder do SAP, Per Albin Hansson, apresentou o partido como um “lar do povo” e ofereceu uma agenda inclusiva. Os eleitores recompensaram o SAP com um número notavelmente elevado de 41,7% dos votos, o que permitiu formar uma coligação de governo com o Partido Agrário. Após outra vitória esmagadora nas eleições, o SAP organizou uma reunião em 1938, com representantes de empresas, sindicatos, agricultores e governo. Esse encontro lançou uma era de relações de trabalho cooperativas que definiriam a economia sueca durante décadas.

Um pilar essencial do pacto social-democrata sueco foi a fixação de salários centralizada. Partindo do modelo Rehn-Meidner

(apelidado com o nome de dois economistas contemporâneos suecos), os sindicatos e as associações empresariais negociaram salários em todo o sector, e o estado manteve políticas activas de mercado de trabalho e bem-estar social, além de investir na formação dos trabalhadores e no ensino público. O resultado foi uma significativa compressão salarial: todos os trabalhadores que executavam o mesmo trabalho recebiam o mesmo salário, independentemente do nível de competências ou da rentabilidade da empresa.

Longe de socializar os meios de produção, esse sistema apoiava a economia de mercado, porque permitia às empresas produtivas florescer, investir e expandir à custa dos rivais menos competitivos. Com os salários fixados na indústria, uma empresa que aumentasse a sua produtividade poderia ficar com as recompensas (lucros) resultantes. Não é de surpreender que a produtividade sueca sob esse sistema tenha crescido de forma constante e as empresas suecas tenham se tornado altamente competitivas. Enquanto isso, instituições similares desenvolveram-se noutros países nórdicos – em alguns casos, e isso é revelador, introduzidas não por socialistas ou sociais democratas, mas por governos de centro-direita.

A democracia social, amplamente interpretada, tornou-se a base da prosperidade do pós-guerra em todo o mundo industrializado. Isso inclui os Estados Unidos, onde o ‘New Deal’ e as reformas subsequentes fortaleceram ou introduziram componentes importantes do pacto social-democrata, incluindo a negociação colectiva, políticas de bem-estar social e ensino público.

Quando as correntes intelectuais e políticas se desviavam do pacto social-democrata, as coisas geralmente não funcionavam muito bem. A partir do final da década de 1960, os sindicatos suecos e dinamiqueses, sob a influência de forças de esquerda mais radicais, abra-

çaram o socialismo democrático e começaram a exigir uma democracia económica e um controlo directo dos lucros. Na Suécia, isso levou a intensas negociações com empresas e à introdução de ‘fundos assalariados’, por meio dos quais uma parte dos lucros empresariais (geralmente na forma de novas emissões de acções) seriam colocadas em fundos da empresa para os trabalhadores. Esta alteração destruiu o acordo de cooperação entre as empresas e os sindicatos e distorceu os incentivos que anteriormente tinham impulsionado o investimento e o crescimento da produtividade. No início da década de 1990, as falhas do sistema tornaram-se visíveis e foi devidamente abandonado.

Quando as correntes intelectuais do livre mercado conduziram a desvios para a direita do pacto social-democrata, os resultados foram igualmente maus. A desigualdade aumentou no meio de um desempenho de produtividade igualmente morno, enquanto as redes de segurança social ficaram em farrapos.

O que é necessário, então, não é o fundamentalismo de mercado ou o socialismo democrático, mas sim a democracia social. Os EUA precisam de uma regulamentação eficaz para controlar o poder de mercado concentrado. Os trabalhadores precisam de ter mais voz e os serviços públicos e a rede de segurança precisam de ser reforçados. Por último, mas não menos importante, os EUA precisam de uma nova política de tecnologia para garantir que a trajectória do desenvolvimento económico é do interesse de todos.

Nada disso pode ser alcançado com a socialização das empresas, principalmente numa era de globalização e de empresas lideradas pela tecnologia. O mercado deve ser regulado, não marginalizado.

Professor de Economia no MIT (Instituto Tecnológico de Massachusetts)

As primárias significam muito mais para os democratas do que escolher um adversário para o presidente dos EUA, Donald Trump. O impulso de Bernie Sanders reflecte um anseio por soluções radicais para graves problemas económicos estruturais. Nas décadas que se seguiram à II Guerra Mundial, a economia dos EUA tornou-se mais produtiva e os salários de todos os trabalhadores – independentemente da educação escolar – cresceram mais de 2% por ano, em média. Mas isso já não acontece.

Nas últimas quatro décadas, o crescimento da produtividade esteve apagado, o crescimento económico abrandou e uma percentagem crescente dos ganhos foi atribuída aos proprietários de capital e aos que têm mais formação académica. Enquanto isso, os salários médios estagnaram e os salários reais (ajustados pela inflação) dos trabalhadores com o ensino secundário ou menos diminuíram. Apenas algumas empresas (e os respectivos proprietários) dominam grande parte da economia. Os que estão no topo da distribuição de rendimentos, que totalizam 0,1%, concentram mais de 11% do rendimento nacional, contra apenas 2,5% na década de 1970.

Mas será que o socialismo democrático oferece uma cura para estes males? Sendo uma ideologia que considera a economia de mercado inerentemente injusta, não igualitá-

Marcas & Estilos



AUTOMÓVEL

Respeito, por favor!

O propulsor do Mercedes AMG é montado na filosofia ‘Um homem, um motor’. O modelo possui o modo Drift, permitindo que 100% da tracção esteja nas rodas traseiras. Com visual agressivo, vem com rodas de liga leve aro 18 polegadas e pneus 245/40 R18. O destaque principal é a parte mecânica, com o 4.0 V8 biturbo de 476 cavalos a 5.500 rpm, com mudança automática Speedshift de nove marchas e com o sistema de tracção integral 4MATIC+. O SUV acelera de 0 a 100 km/h em apenas quatro segundos e tem velocidade máxima limitada electronicamente em 270 km/h.

RESTAURANTE

Para paladares exigentes

Dos restaurantes mais antigos de Luanda, o PIMM'S está, sem dúvida, entre os melhores. Quem por lá passou é testemunha do semblante formal, do serviço impecável e do chefe de sala cosmopolita, que se preocupa com o cliente mais exigente sem ser invasivo. Detalhe: a comida portuguesa é servida em loiça portuguesa. Os queijos são um excelente petisco. É um óptimo local para refeições aliadas a reuniões profissionais.



Itens essenciais

Intrigada com a beleza da geometria, a Tama Tote é uma ode à magia de um círculo. Trabalhada em napa rica em grãos finos, fornece um compartimento de camurça com fecho no interior para proteger os itens essenciais. Uma bolsa ideal para levar para almoçar ou talvez sair à noite.



Um toque urbano

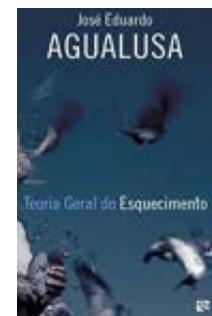
Esta peça da Eva Solo é óptima para viagens ou mesmo para casa. A pequena churrasqueira a carvão possui uma alça embutida na tampa, facilitando o transporte. O acabamento em esmalte preto na grade de aço adiciona um toque urbano, seja usado na cidade, na praia em companhia dos amigos e familiares.



Em grande estilo

Recordista mundial de época, esta gravata artesanal de marca Jaguar, feita na Itália, apresenta um ajuste perfeito, uma criatividade em grande estilo que permite que seja o presente mais exclusivo para todas as ocasiões.

LIVROS



UMA MULHER PORTUGUESA, aterrorizada, ergue uma parede separando o apartamento do restante edifício. Teoria Geral do Esquecimento é um romance de Eduardo Agualusa sobre o medo do outro, o absurdo do racismo e da xenofobia e sobre o amor.



A BOMBA é um romance policial da sueca Liza Marklund, publicado em 1998. É o primeiro livro com a personagem fictícia Annika Bengtzon, uma jornalista do Kvällspressen, um jornal igualmente fictício de Estocolmo.

AGENDA

LUANDA

28 DE FEVEREIRO
Conferência sobre 'Reciclar para sustentar', organizado pela Universidade Lusíada de Angola, em Luanda. Entre as 8 horas e as 13h30.

28 E 29 DE FEVEREIRO
Filipe Zau e Filipe Mukenga actuam no Show do Mês, denominada 'As Composições', no Royal Plaza Hotel em Talatona. Bilhetes a 16.000 kwanzas.

29 DE FEVEREIRO E 1 DE MARÇO
Venda e sessão de autógrafa do álbum 'YOBASS', na Praça da Independência, às 9 horas; na Casa da Juventude de Viana, pela manhã, e no Belas Shopping, à tarde.

29 DE FEVEREIRO
Gutto e Heavy C actuam no Duetos N'Avenida, na Casa 70, em Luanda. Pelas 21 horas.

ATÉ 13 DE MARÇO
Decorre a exposição do artista plástico Guilherme Mampuya, 'Arco Iris', no Instituto Camões, em Luanda.

PARA PRESERVAR BIODIVERSIDADE MARINHA, DIZ ESTUDO

Pelo menos 26% dos oceanos terão de ser protegidos



Segundo especialistas, a acção urgente que a protecção dos oceanos exige não se pode resumir à simples criação de áreas marinhas protegidas.

CONSERVAÇÃO DA NATUREZA. Pesquisa sugere que, para que haja uma porção de todas as espécies marinhas, é necessária a criação de áreas de conservação. Área total a proteger pode chegar aos 41% da superfície de todos os oceanos.

Pelo menos 26% de todos os oceanos terão de ser protegidos para que a biodiversidade marinha da Terra possa ser preservada, defende uma equipa internacional de cientistas num estudo recentemente divulgado.

Para que todas as espécies marinhas tenham uma porção do seu ‘habitat’ preservado será necessária a criação de áreas de conservação (distribuídas por todos os

oceanos) com uma área global estimada em 8,5 milhões de quilómetros quadrados”, diz, citado num comunicado da Universidade de Queensland, Austrália, Kendall Jones, um dos autores do estudo internacional coordenado pela universidade australiana.

Segundo o estudo, cerca de um terço de todas as espécies marinhas conhecidas têm actualmente menos de 10% dos seus ‘habitats’ com algum tipo de protecção. “Garantir a protecção das áreas identificadas no estudo poderia dar às espécies marinhas um espaço razoável para

MEMORIZE

- Apesar de concluir que todos os oceanos têm de ter zonas de protecção da biodiversidade, o estudo identifica o Pacífico norte na zona da China e do Japão e o Atlântico entre a África ocidental e as Américas como áreas oceânicas cuja protecção é de importância crítica.

viver sem interferência de actividades humanas como a pesca, navegação comercial ou agricultura, que provoca contaminação com pesticidas”, afirmou Kendall Jones, que sublinha a necessidade de esforços globais de protecção dos oceanos para garantir a preservação da biodiversidade.

A comunidade internacional tem agendada para Outubro, em Kunming, China, a 15.ª Conferência das Partes (COP15) signatárias da Convenção das Nações Unidas sobre Diversidade Biológica, que pretende alcançar um

acordo global orientador dos esforços de protecção da vida selvagem na próxima década.

No estudo, os investigadores mapearam os ‘habitats’ de mais de 22.000 espécies marinhas identificadas e utilizaram modelos matemáticos para determinar as áreas mínimas necessárias a proteger para que essas espécies fossem abrangidas.

A conclusão foi a de que a área total a proteger varia entre os 26% e os 41% da superfície de todos os oceanos, dependendo do grau de protecção a atribuir a cada espécie.

Apesar de concluir que todos os oceanos têm de ter zonas de protecção da biodiversidade, o estudo identifica o Pacífico norte na zona da China e do Japão e o Atlântico entre a África ocidental e as Américas como áreas oceânicas cuja protecção é de importância crítica.

James Watson, director científico da Wildlife Conservation Society (WCS, Sociedade para a Conservação da Vida Selvagem), organização não-governamental fundada em Nova Iorque em 1895, é também citado no comunicado, a afirmar que as conclusões do estudo deixam clara a necessidade de intensificar esforços globais no campo das áreas protegidas. “Estas conclusões científicas demonstram que os governos têm de actuar com ambição, tal como fizeram com o Acordo de Paris (sobre redução de emissões de gases com efeito de estufa), para que seja possível parar a crise de extinção que muitas espécies marinhas enfrentam”, afirma James Watson, também professor na Universidade de Queensland, no Leste da Austrália.

Para o director científico da WCS, a acção urgente que a protecção dos oceanos exige não se pode resumir à simples criação de áreas marinhas protegidas.

“É necessário recorrer a estratégias variadas como a definição de zonas de proibição total de pesca, de áreas protegidas geridas pelas comunidades locais e políticas públicas abrangentes para acabar com a pesca ilegal e insustentável”, afirma James Watson no comunicado da universidade australiana, considerando que um enquadramento global da protecção da vida marinha será também fundamental para assegurar a subsistência de milhões de pessoas em todo o mundo que dependem directamente da biodiversidade dos oceanos como fonte de alimentação e rendimento.

NÚMEROS DA SEMANA

RIL caem 3% para 10,46 mil milhões de euros

As reservas internacionais líquidas (RIL) caíram para 10,46 mil milhões de euros em Janeiro, quando estavam em 10,78 mil milhões de euros em Dezembro de 2019, o que revela uma queda de 3%. De acordo com a agência de informação financeira Bloomberg, que cita dados do BNA, as reservas brutas desceram, no primeiro mês do ano, de 15,86 mil milhões de euros, para 15,52 mil milhões de euros.

No final de Janeiro, o gabinete de estudos económicos do BFA calculou uma subida de 11,2% no ano passado, para 10,7 mil milhões de euros.

“As RIL chegaram a 11,8 mil milhões de dólares (10,7 mil milhões de euros) no final de 2019, um aumento anual de 1,2 mil milhões de dólares (1,08 mil milhões de euros), representando 11,2%, e 2,8 mil milhões de dólares (2,5 mil milhões de euros) acima do valor acordado com o Fundo Monetário Internacional (FMI), que é de 9,4 mil milhões de dólares (8,5 mil milhões de euros)”, lê-se na nota enviada aos clientes.

No documento, os analistas acrescentam que, face a Novembro, as reservas caíram, ligeiramente, 500 milhões de dólares (453 milhões de euros), representando mais de seis meses e meio de importações.

Na análise, os economistas sublinham também que os empréstimos que os bancos têm dificuldades em cobrar (crédito malparado) representavam 34,6% do total em Setembro do ano passado, o que revela uma subida de 6,9 pontos percentuais relativamente ao mesmo período de 2018.



100

Milhões de unidades por ano é a capacidade de produção da fábrica de luvas hospitalares em construção no complexo industrial Canef, no Namibe.

7.000

Pedras de diamantes, 19 viaturas e 275 mil dólares, bens móveis apreendidos no âmbito da Operação Transparência, na Lunda-Norte.

600

Milhões, 121 milhões, 526 mil e 921 kwanzas é o volume de receita arrecadada pelo Estado, em 2019, através do Portal do Múncipe, com a emissão de documentos online.

1,72%

Aumento registado pelo Índice de Preços Grossista (IPG) de Dezembro 2019 a Janeiro de 2020.

50 empresários no fórum do Dubai

Angola participa de 24 a 26 de Março no Dubai - Emiratos Árabes Unidos, no ‘Encontro anual de investimento’ que, para além da exposição de produtos e serviços, vai abordar políticas de investimento, visando potenciar as economias de países em desenvolvimento. Bráulio Martins, presidente da Câmara de Comércio e Indústria Angola - Emiratos Árabes Unidos (CCIANGEAU) indicou que o país vai pela primeira vez ao evento com 50 empresários.

Esta é a 10ª edição do ‘Anual



Investment Meeting’ (AMI), na sigla em inglês, encontro que junta 143 empresas e mais de 1.000 fornecedores dos Emiratos entre outros países do mundo. “O

objectivo é a aproximação entre empresários angolanos e as organizações proponentes”, afirmou Khalid Almeri, embaixador dos EAU em Angola, que também garantiu aos participantes a facilitação nos vistos.

Para Bráulio Martins, esta será uma oportunidade de aprendizagem já que “nos EAU as câmaras têm bastante força”. Aliás, “são mais de 200 mil empresas associadas à Câmara do Dubai”, onde “nenhuma empresa consegue sobreviver sem estar inscrita na câmara”, referiu.

COM 20 MILHÕES USD DO PROGRAMA DE APOIO AO CRÉDITO (PAC)

Induve ‘entra’ na farinha de trigo



A fábrica de óleos vegetais vai, a partir de 2021, processar 700 toneladas por dia, cerca de 255 mil 500 toneladas anuais de farinha de trigo para reduzir o défice no mercado, revelou à Angop Kidy Aragão, administrador financeiro desta unidade industrial.

A Induve entra assim no processamento da farinha de trigo em resultado de um financiamento de 20 milhões de dólares do PAC, numa altura em que o país está com um défice de 100 mil toneladas/ano. Ou seja, produz apenas 420 mil, quando as necessidades apontam para 520 toneladas por ano.

O estudo para a montagem da linha de processamento da farinha de trigo iniciou-se no ano passado.

Kidy Aragão revelou que 50% do financiamento resulta do banco BIC à luz do PAC, e outra ‘fatia’ são fundos próprios.

De acordo com o gestor, “o valor seria elevado se tivesse que iniciar da base”, podendo rondar os 30 a 35 milhões de dólares. “Neste momento, a direcção da Induve trabalha com o BIC para acertar detalhes administrativos para a disponibilização do dinheiro”, afirmou, anunciando ainda que, “com o funcionamento desta unidade fabril, estarão criados 125 novos postos de trabalho”.

A fábrica prevê a instalação de silos de grande capacidade, para armazenamento e reservas do grão a longo prazo. “São baterias que podem conservar o grão num horizonte de dois anos”, precisa. “O trigo a ser armazenado” avança ainda o administrador,

terá de ser “infelizmente importado por um bom tempo, por incapacidade da produção interna”. “Já existem alguns agricultores a cultivar trigo, mas o acondicionamento e o escoamento põe em risco o processamento”, reforçou.

Inaugurada em 1957, a Induve produzia sobretudo óleo vegetal à base de girassol e sabão em barra. Com o redimensionamento do sector empresarial público, foi privatizada em 2003, passando a incluir, na sua linha de produção, farinha de milho amarelo e ração animal.

No ano passado, a produção de farinha de milho e ração animal registou uma quebra de 20%, ao processar apenas 60 mil toneladas, por causa do difícil acesso às divisas para importação da matéria-prima. Em média, a Induve processa anualmente 80 mil toneladas de farinha e ração.